

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC

Brasília - DF

Opinião com Ressalva

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício encerrado nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base Para Opinião com Ressalva

Limitações em relação aos Aspectos Tributários da COFINS.

A Auditoria considerando aspectos relacionados a complexidades da legislação tributária em vigor, indagou à Administração acerca da Ausência de provisão e recolhimento da COFINS sobre Receitas Financeiras e de Aluguéis, tendo em vista que, a Entidade conforme registrado na Escrituração Contábil Fiscal – ECF, indicava sua natureza de Isenção Tributária relacionada ao Imposto de Renda. Portanto, a priori sujeita à apuração Não Cumulativa da COFINS relativamente às Receitas Não Derivadas de suas atividades próprias e das Receitas Financeiras.

Em função do apontamento da Auditoria à Administração da Entidade, tomou providências no sentido de obter Parecer da Assessoria Jurídica em torno do Assunto, a qual fundamentou, conforme indicado na Nota Explicativa de Nº 21.2 – PIS/ COFINS, que a Entidade goza de benefício de isenção da COFINS incidente sobre as Receitas relativas às atividades próprias da Entidade, conforme Lei Nº 9.718/98 e Lei Nº 10.833/03. Informou ainda entender que, as Receitas Financeiras e Receitas decorrentes de Aluguéis estavam previstas estatutariamente, sendo seus rendimentos aplicados integralmente nas Operações da Entidade. Portanto, compreendem ser Receitas Relativas às Atividades próprias da Entidade, embora tal entendimento possa ser controverso.

Diante do Cenário acima apresentado, não obstante a qualidade do Parecer emitido pela Assessoria Jurídica da Entidade, em nosso julgamento profissional dado o caráter controverso e incertezas acerca de tal temática, considerando-se ainda a posição mais conservadora da Auditoria, não há evidências apropriadas e suficientes em torno do assunto, impedindo à Auditoria auferir quanto à aplicabilidade ou não da COFINS sobre tais Receitas, bem como mensurar seus correspondentes impactos e efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com Ressalva.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Parágrafo de Ênfase – Despesas com Pessoal e Encargos

Chamamos à atenção para as Notas Explicativas de N^{os} “17 – Receitas Operacionais – Sem Restrição” e “19.1 – Despesas com Pessoal e Encargos”, tendo em vista que, o Estatuto Social da Entidade prevê em seu Art. de N^o 34 que o total das despesas com pessoal do quadro administrativo não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) das Receitas da Fundação, o que não ocorreu durante o exercício de 2022. Destacamos que, os registros contábeis (objeto da Auditoria) foram realizados adequadamente em todos os aspectos relevantes. Nossa opinião não contém Ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

As Demonstrações Contábeis da **Fundação** para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram por nós Auditadas, para as quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes em 02 de maio de 2022, opinando com Ressalvas sobre essas Demonstrações Contábeis, notadamente em relação à Reserva para Investimentos e apuração e recolhimento da COFINS.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da **Fundação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da Auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da Auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos de Auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Fundação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Fundação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de Auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação** a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da Auditoria e das constatações significativas de Auditoria, inclusive deficiências nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília – DF, 15 de agosto de 2023.

LS AUDITORES INDEPENDENTES S/S EPP
CRC / DF 647
Registro CVM nº 7030
Registro CNAIPJ N° 184

Ysmael Jonnathas C. da Silva
Contador CRC DF 026672/ O - 6
Registro CNAI nº 4793